

de 1850 a 1888 e as causas do rápido declínio durante estes trinta anos. A segunda parte examina o movimento abolicionista em várias regiões do Brasil, sobretudo no Ceará, Amazonas e Rio Grande do Sul, áreas não negras, e rejeita a tese de que São Paulo tenha estado na vanguarda do abolicionismo.

O livro compendia bem todos os sucessos e etapas da escravidão e do abolicionismo, e segue, de modo geral, a tese convencional de que os escravos são submissos, leais, e raramente recalcitrantes. Não se acentua, tal como na historiografia oficial brasileira, o caráter revoltoso da conquista da liberdade. O escravo aparece como tendo se adaptado às normas sociais brancas, em graus variados, e como tendo aceito sem protesto as reservas ao seu acesso social. O escravo é, então, um objeto de que o patrão põe e dispõe, e não o sujeito do próprio processo histórico, um fator ativo que ajudou a enriquecer o país, ou os senhores, e a criar formas sociais novas resultantes de um sincretismo cultural. Seu caminho próprio para a liberdade está obscurecido, porque não se tem levado em conta as inumeráveis rebeliões negras que abalaram o Império entre 1870 e 1888, como tentei mostrar no ensaio “Rebeliões Negras”, capítulo do livro *História e Historiografia* (1970). O livro é muito bom, bem documentado, rico de informações, de ilustrações, e com excelentes taboas estatísticas. Sua tradução seria um serviço aos estudos brasileiros.

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES

\* \* \*

\*

PINTO DE AGUIAR. — *Rui e a economia brasileira*. Fundação Casa Rui Barbosa. Rio de Janeiro, 1973.

De uma conferência pronunciada em 1962, Pinto de Aguiar fez, ampliando-a e documentando-a, um alentado volume de mais de 550 páginas, no qual analisa a ainda hoje discutidíssima atuação de Rui quando ministro da Fazenda do Governo Provisório. Acrescentou ao texto o material bibliográfico que serviu de base às suas afirmações que chegaram surpreender muitos dos que o ouviram

“o que demonstra o pouco conhecimento que há da obra de Rui, apreciado por vezes com parca investigação das fontes, ou sem situa-lo em função da época em que viveu; ou mesmo, sem uma análise global da sua atuação”.

Na verdade, Rui Barbosa é mais citado do que lido. Além da bibliografia, traz a obra um documentário de 269 páginas, o que nos leva a dizer que estamos frente a um vigoroso estudo acompanhado de forte documentação.

Poucos ensaístas teriam condição de escrever sobre o tema como Pinto de Aguiar, que apresenta em sua bagagem de escritor trabalhos importantes no

que tange à economia e às finanças nacionais, tanto do Brasil colônia como do independente.

Embora o enfoque do seu trabalho seja a política econômica e financeira desenvolvida por Rui durante os quatorze meses que foi ministro da Fazenda, o Autor nos apresenta uma análise histórica na qual estuda aspectos da nossa economia colonial, a questão do tráfico, o café, a nova estrutura demoeconômica, a reformulação institucional da independência, para, depois, falar' do ideário político do estadista baiano, na reforma bancária, na política monetária e fiscal etc. E conclui com um capítulo intitulado "crítica e defesa", para, finalmente, colocar em tela o julgamento da história, onde desfilam opiniões de João Mangabeira, Vieira Souto, Cincinato Braga, Ramiro Barcelos, J. Carlos Rodrigues, Oscar Borman, este quando escreveu o prefácio do vol. XVIII — *Relatório do Ministro da Fazenda, Obras Completas de Rui*.

Nestes dias em que acertadamente se valoriza muito o exame do documento, os textos reproduzidos na segunda parte do livro, com a análise da política financeira do Governo Provisório feita na primeira parte, são da maior utilidade para o estudo de uma época e julgamento de uma administração.

*BRASIL BANDECCHI*

\* \*  
\*

CUNHA (Euclides da). — *Os Sertões*. Edição didática preparada pelo Prof. Alfredo Bosi, cotejo e estabelecimento do texto pelo Prof. Hersílio Ângelo. São Paulo. Cultrix. Brasília. INL. 1973, 405 págs.

Otto Maria Carpeaux (1) evidenciou uma verdade até então ignorada ou despercebida pelos especialistas: se entre os escritores nacionais apenas Machado de Assis era mais estudado que Euclides da Cunha, quase tudo o que se referia a este era laudatório, sem exceção, elogioso. As condições trágicas de seu desaparecimento explicam, quem sabe, essa torrente de referências antes afetivas do que efetivas, de que apenas Sílvio Rabelo e outros poucos se livraram. Tanto isso é verdade, que, se hoje formos arrolar o fundamental nos estudos euclidianos, muito pouca coisa do material apontado por Carpeaux terá mantido inalterada importância.

A explicação dessa mudança de atitude parece-me encontrada no fato de nos vinte e poucos anos decorridos daquela afirmativa, especialistas bem representativos haverem tomado para si a pesquisa da obra euclidiana, fazendo com

---

(1). — Pequena Bibliografia Crítica da Literatura Brasileira.